

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.818.880 - RS (2019/0166995-6)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

**RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**RECORRIDO : JOSE AUGUSTO LARA MEDEIROS**

**ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676**

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**DECISÃO**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL** interpõe recurso especial, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do **Tribunal de Justiça daquele Estado** na Apelação Criminal n. 70078125598 (CNJ n. 0177771-28.2018.8.21.7000).

Em suas razões, o recorrente aponta violação dos arts. 71, § 1º, 202, 203, 413, *caput* e § 1º, 414 e 155, todos do Código de Processo Penal.

Para tanto, argumenta que os indícios de autoria decorrem de testemunhos indiretos que não foram confirmados à luz do contraditório.

Sustenta: "ao entender que são insuficientes para a pronúncia do réu as declarações indiretas, de testemunhas que "ouviram dizer", o órgão julgador afrontou o disposto nos artigos 202 e 203, ambos do Código de Processo Penal, que admitem a formação de convicção a partir de testemunhos indiretos" (fl. 360).

Destaca que que, *in casu*, as testemunhas ouvidas em fase policial apontaram suficientemente a autoria delitiva, para fins de pronúncia, pois "na fase do *judicium accusationis*, a decisão consubstancia mero juízo de suspeita, em que a aplicação do princípio *in dubio pro societate* determina que a resolução de eventuais dúvidas deve ser reservada à apreciação do Tribunal do Júri" (fl. 366).

Defende: "a vedação imposta ao Juiz de Direito (não poder

utilizar, exclusivamente, prova inquisitorial para a emissão de sentença condenatória) não é aplicável aos jurados, porquanto estes poderão decidir a causa com base em sua íntima convicção, sem explicitar os motivos de seu convencimento" (fl. 367).

Requer o provimento do apelo extremo para "incluir na pronúncia o crime conexo de disparo de arma de fogo" (fl. 369).

Apresentadas as contrarrazões (fls. 376-380) e admitido o especial na origem (fls. 382-390), o Ministério Público Federal opinou pelo seu provimento (fls. 403-410).

## **Decido.**

### **I. Admissibilidade**

O recurso especial é tempestivo e preencheu os demais requisitos constitucionais, legais e regimentais para seu processamento, razões pelas quais comporta conhecimento.

### **II. Contextualização**

Consta dos autos que o recorrente foi denunciado como incurso nos arts. 121, § 2º, I e IV, e 121, § 2º, I e IV, c/c o art. 14, II, ambos na forma dos arts. 29 e 69, todos do Código Penal, porque, segundo narrou a peça de acusação (fls. 2-4):

#### **FATO I.**

Em 15 de fevereiro de 2015, domingo, por volta da 01h, na Rua Caldre Fião, n.º 720, bairro Santo Antônio, nesta Capital, o denunciado JOSÉ AUGUSTO LARA MEDEIROS, em comunhão de esforços e conjugação de vontades com outros indivíduos ainda não identificados, mediante disparos de arma de fogo, matou MARCELO PEREIRA GONÇALVES JÚNIOR, causando-lhe as lesões fatais descritas no auto de necropsia de fls.

Na ocasião, a vítima deslocava-se em via pública, quando o denunciado, juntamente com outros indivíduos não reconhecidos, abordou-a e desferiu disparos de arma de fogo, alvejando-a mortalmente.

O crime foi praticado por motivo torpe, eis que cometido em razão de desavenças envolvendo o tráfico de entorpecentes e seus conseqüências comerciais, em extremo desvalor à vida humana, causa abjeta.

Outrossim, o acusado cometeu o delito com emprego de recurso que dificultou a defesa da vítima, eis que atacada de inopino, sem esperar a agressão naquele momento, bem como em preparada situação de armamento e a superioridade de agentes, o que lhe reduziu sensivelmente as possibilidades de reação ou fuga.

O denunciado concorreu para o cometimento do delito desferindo disparos de arma de fogo contra a vítima, portando-se juntamente com seus comparsas, em situação de apoio mútuo, bem como ajustando a execução do ato.

#### FATO II.

Nas mesmas circunstâncias de tempo e local, o denunciado JOSÉ AUGUSTO LARA MEDEIROS, em comunhão de esforços e conjugação de vontades com outros indivíduos ainda não identificados, mediante disparos de arma de fogo, tentou matar YGOR SOUZA PEDROSO, causando-lhe as lesões corporais descritas no auto de exame de corpo de delito de fls., não consumando seu intento por circunstâncias alheias à sua vontade, quais sejam, erro de pontaria que não permitiu atingir órgão vital e a fuga do ofendido.

Na ocasião, a vítima deslocava-se em via pública, quando o denunciado, juntamente com outros indivíduos não yeeonhecidos, abordou-a desferiu disparos de arma de fogo, alvejando-a.

razão de desavenças envolvendo o tráfico de entorpecentes e seus consecatórios comerciais, em extremo desvalor à vida humana, causa abjeta.

Outrossim, o acusado cometeu o delito com emprego de recurso que dificultou a defesa da vítima, eis que atacada de inopino, sem esperar a agressão naquele momento, bem como em preparada situação de armamento e a superioridade de agentes, o que lhe reduziu sensivelmente as possibilidades de reação ou fuga.

O denunciado concorreu para o cometimento do delito desferindo disparos de arma de fogo contra a vítima, portando-se juntamente com seus comparsas, em situação de apoio mútuo, bem como ajustando a execução do ato.

Encerrada a fase do *iudicium accusationis*, o Magistrado da 1ª Vara do Júri do Foro Central da Comarca de Porto Alegre/RS impronunciou o insurgente, em decisão assim fundamentada (fls. 287-298):

A acusação é improcedente.

[...]

A materialidade do crime veio estampada no boletim de

ocorrência n. 992/2015 (fls. 11/12, 13/14), no auto de apreensão (fl. 15), no relatório de local do crime (fls. 16/18), na certidão de óbito (fl. 19), nos termos de declarações (fls. 20/25, 31/32, 34/35, 38/40, 45/48, 55/56), no auto de reconhecimento fotográfico (fls. 36/37 e 41/42), no laudo de lesão corporal n. 32708/2015 (fls.

50/54), no laudo de necropsia (fls. 58/65), bem como na prova oral coligida ao feito.

Entretanto, as provas não lograram êxito em demonstrar indícios suficientes de autoria, o que impossibilita a pronúncia do acusado.

O acusado JOSÉ AUGUSTO LARA MEDEIROS, ao ser interrogado, negou as acusações. Disse que conhecia as vítimas, pois eram seus vizinhos e com quem nunca teve algum desentendimento (fls. 198/198v).

Em sede policial, Gustavo Pereira Guimarães e Luís Eduardo Barrada de Azevedo, ouvidos por ocasião de outro inquérito policial, teriam dito exatamente a mesma coisa: "[...] com relação ao Inquérito Policial n.

30/2015/200820, que investiga a morte de MARCELO PEREIRA GONÇALVES JÚNIOR, e a tentativa de homicídio de YGOR SOUZA PEDROSO, diz que moradores da Vila Conceição comentam que o indivíduo de alcunha "ZÉ" (JOSÉ AUGUSTO LARA MEDEIROS, RG 9081557581) estaria envolvido nestes fatos investigados por esta Especializada" (fls. 31/32 e 34/35).

Essa foi a informação colhida em sede policial acerca da possível participação do acusado JOSÉ AUGUSTO com os delitos, não havendo nenhuma referência ao seu nome feita pela vítima sobrevivente Ygor Souza Pedrosos (fls. 24/25).

Ao longo da instrução processual, a vítima e as testemunhas ouvidas não puderam comprovar minimamente as acusações, nada esclarecendo acerca da conduta imputada ao réu JOSÉ AUGUSTO, como sendo o indivíduo efetuou os disparos de arma de fogo que vitimaram Marcelo e atingiram Ygor.

A vítima Ygor revelou, judicialmente, que não visualizou os autores dos disparos, visto que os indivíduos abordaram o depoente e Marcelo, mencionando serem policiais, colocando-os contra uma parede. Falou que, na tentativa de se virar, foi alvejado com um disparo de arma de fogo no rosto, razão pela qual começou a correr, sem conseguir visualizar os criminosos. Disse que já conhecia o acusado de vista, mas que nunca teve problemas com ele ou com qualquer outra pessoa, desconhecendo se a vítima Marcelo tinha envolvimento com o tráfico de drogas (fls. 136/138).

A testemunha Candice Müller Vieira contou que, à época dos fatos, estava conhecendo a vítima Marcelo, e na sexta-feira antes de ser morto, ele enviou uma mensagem do seu celular para o celular de sua irmã, informando que estava morto. Após, os familiares telefonaram-lhe apavorados e esclareceu que era uma brincadeira. Todavia, no domingo pela manhã, foi informada de que realmente haviam matado Marcelo, nada sabendo sobre a autoria do fato. Disse que a vítima teve envolvimento com o tráfico de drogas (fls. 139/140).

Jaqueline Pereira Gonçalves, tia da vítima Marcelo, disse que foi informada sobre os disparos sofridos pela vítima e, ao chegar no local, ele já estava em óbito. Falou que conhecia o acusado JOSÉ AUGUSTO, mas nada sabia acerca de seu envolvimento com os fatos. Mencionou que seu sobrinho já teve envolvimento com o tráfico de drogas e era uma pessoa depressiva (fls. 171/173).

Em juízo, Daiane Lisboa, irmã da vítima Marcelo, contou que não presenciou os fatos e apenas teria sido chamada logo após os disparos de arma de fogo (fls. 138/139).

Por fim, Luís Eduardo Barrada de Azevedo, judicialmente, ratificou o que disse em sede policial, afirmando que nada sabia acerca da autoria desse fato delituoso, apenas sobre a participação do acusado JOSÉ AUGUSTO com a morte de Adriel (fls. 173v/174v).

Como se verifica, a vítima ou as testemunhas ouvidas na seara judicial não puderam asseverar que JOSÉ AUGUSTO teria sido um dos autores dos disparos de arma de fogo que mataram a vítima Marcelo e lesionaram a vítima Ygor.

Assim, não há que se falar em dúvida a ser dirimida pelo Tribunal do Júri, mas em absoluta impossibilidade de levar o réu a tal julgamento.

Repita-se: não figuram no feito provas indicativas de que o acusado foi o autor do homicídio qualificado e da tentativa de homicídio qualificado pela qual restou denunciado.

Ora, não se pode condenar o réu com base unicamente nos indícios de autoria constantes no inquérito policial. Seria necessária a judicialização destas provas, o que, aqui, verifico, não ocorreu.

Segundo a atual redação do artigo 155 do Código de Processo Penal, a prova produzida no inquérito policial não pode ser usada como base exclusiva da condenação. Quer dizer, a prova produzida no inquérito policial não pode servir como prova principal, deve ser confirmada pelas judiciais.

O diploma legal referido estipula que, se houver respaldo na

fase judicial, a indicar verdadeira a prova policial, poderão os elementos coletados na fase inquisitorial serem analisados de forma complementar.

É certo: a redação do dispositivo alterou o sistema de provas no processo penal brasileiro, de modo que, agora, os elementos do inquérito policial, se não respaldados pela prova judicial, são desprezíveis. Eles só podem ser utilizados como dados a complementar e robustecer o que se forjou a partir do contraditório.

Em outras palavras, pode-se dizer que ao fundamentar uma decisão condenatória em provas produzidas exclusivamente no inquérito, o Juiz estaria ofendendo uma das garantias fundamentais do processo penal, e há de se convir que este não é melhor caminho.

[...]

Iterações posteriores deste entendimento não são desconhecidas, donde não se extrai, entretanto, que as decisões do presente se mostrem mais adequadas do que as do passado. Há um limite no quanto a realidade vivenciada em termos de avanço dos crimes violentos pode significar em termos de "flexibilização quanto às exigências probatórias.

[...]

É fato: não há como afastar por completo a possibilidade de o acusado JOSÉ AUGUSTO ter participado de alguma forma com os delitos de homicídio, visto que seu envolvimento com crimes dolosos contra a vida foi reafirmado em juízo pela testemunha Luís Eduardo, esse fato não se desconhece, todavia, a simples menção policial acerca de sua participação é insuficiente para levá-lo à julgamento pelo Plenário do Júri.

Ocorre, como já dito, que não há no processo nenhum indício judicial para possibilitar a submissão do réu ao julgamento popular, pois, por meras suspeitas policiais, não se pode dizer que foi o autor dos disparos de arma de fogo.

[...]

Afigura-se-me, data venta, um descompasso lógico na (i) inadmissão de condenações calcadas exclusivamente na prova policial e (ii) a admissão de pronúncias lastreadas apenas naquilo que foi produzido no inquérito. É que, enquanto a asserção de que os jurados julgam por íntima convicção for verdadeira, será sempre possível que condenem com única e exclusiva base na prova policial, o que, tout court, violaria o axioma (i).

Por isso que a pronúncia não deixa de ser uma barreira, por

meio da qual intervém o juiz togado, em ordem a que o risco de condenações, à míngua dos elementos probatórios próprios, seja dissipado, visto que, com as alterações advindas da Lei n. 11.689/08, são exigíveis indícios suficientes de autoria.

O contrário disso, vale repetir, seria interpretar a garantia constitucional de sermos julgados pelo Tribunal do Júri em desfavor daquele a quem a garantia foi instituída.

Assim, por não haver em relação ao crime em análise nenhum elemento convergente às hipóteses fáticas descritas na denúncia, a impronúncia de JOSÉ AUGUSTO é imperativa.

Diante do exposto julgo improcedente o pedido formulado na denúncia e o faço para IMPRONUNCIAR o réu JOSÉ AUGUSTO LARA MEDEIROS, com base no artigo 414 do Código de Processo Penal.

O Tribunal *a quo* ratificou o *decisum* supra, ao negar provimento à apelação ministerial, *in verbis* (fls. 344-348):

2. O apelo não procede. Sobre o que se deve valorar para efeitos de pronúncia, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a Corte responsável pela interpretação da legislação federal, tem afirmado:

"A decisão de pronúncia não revela juízo de mérito, mas apenas de admissibilidade da acusação, direcionando o julgamento da causa para o Tribunal do Júri, órgão competente para julgar os crimes dolosos contra a vida. Para tanto, basta a demonstração da materialidade do fato e a existência de indícios suficientes de autoria ou de participação (grifei), conforme disciplina o art. 413 do Código de Processo Penal..." (AgRg no REsp 1525082, Quinta Turma, Relator Reynaldo Soares da Fonseca, DJe 12.6.2016).

"A pronúncia, que encerra simples juízo de admissibilidade da acusação, exige o ordenamento jurídico somente o exame da ocorrência do crime e de indícios de sua autoria, não se demandando aqueles requisitos de certeza necessários (grifei) à prolação de um édito condenatório." (AgRg no REsp 1317844, Quinta Turma, Relator Jorge Mussi, DJe 4.03.2016).

No caso em julgamento, a situação revelada antes não acontece. Ou seja, não existe nenhuma prova, mínima que fosse, do envolvimento do apelado nos delitos denunciados.

Como salientou o ilustre Julgador, Dr. Orlando Faccini

Neto, impronunciando o recorrido, depois de transcrever e analisar a prova colhida na instrução do processo:

[...]

3. Assim, nos termos supra, nego provimento ao apelo.

### **III. Impossibilidade de pronunciar o réu – ausência de violação dos dispositivos infraconstitucionais apontados pelo recorrente**

A norma segundo a qual a testemunha deve depor pelo que sabe *per proprium sensum et non per sensum alterius* impede, em alguns sistemas – como o norte-americano –, o depoimento da testemunha indireta, por ouvir dizer (*hearsay rule*). No Brasil, embora não haja impedimento legal a esse tipo de depoimento, “não se pode tolerar que alguém vá a juízo repetir a *vox publica*. Testemunha que depusesse para dizer o que lhe constou, o que ouviu, sem apontar seus informantes, não deveria ser levada em conta” (TORNAGHI, Helio. Instituições de processo penal. v. IV. Rio de Janeiro: Forense, 1959, p. 461).

A razão do repúdio a esse tipo de testemunho se deve ao fato de que, além de ser um depoimento pouco confiável, visto que os relatos se alteram quando passam de boca a boca, o acusado não tem como refutar, com eficácia, o que o depoente afirma sem indicar a fonte direta da informação trazida a juízo.

Nesse sentido também é a clássica lição de Manzini, ao asserir que “os depoimentos por ouvir dizer não têm caráter de prova testemunhal, mas podem considerar-se somente como elementos não seguros de informação, com base nas quais se pode eventualmente chegar à prova verdadeiramente testemunhal” (“*le deposizioni per sentito dire non hanno carattere di testimonianza, ma possono considerarsi soltanto come elementi non sicuri d'informazione, in base ai quali si può eventualmente risalire alla vera testimonianza*”) (MANZINI, Vincenzo. Trattato di diritto processuale penale italiano. v. 3. Turim: UTET, 1932, p. 189).

Ocorre que, segundo o acórdão impugnado – que apenas corrobora a decisão de pronúncia transcrevendo-a –, há apenas prova extrajudicial produzida com testemunho de “ouvir dizer”, há elementos inquisitoriais, não corroborados judicialmente, que apontam, em tese, a autoria delitiva.

Assim, no caso concreto, é possível constatar que as instâncias ordinárias decidiram pela despronúncia do ora recorrido haja



vista que a prova extrajudicial foi produzida com base em testemunho de "ouvir dizer", que não possui aptidão para sustentar indícios mínimos de autoria a autorizar a submissão do réu a julgamento perante a Corte Popular.

O acórdão, portanto, vai ao encontro da firme jurisprudência desta Corte, o que me permite o julgamento monocrático deste recurso nos termos da Súmula n. 568 do STJ, *in verbis*:

O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema. (Súmula 568, CORTE ESPECIAL, julgado em 16/03/2016, DJe 17/03/2016)

#### **IV. Dispositivo**

À vista do exposto, com fundamento no art. 932, VIII, do CPC, c/c o art. art. 34, XVIII, "b", parte final, do RISTJ, **nego provimento ao recurso especial**.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
Relator